

Como o novo prefeito receberá as contas públicas de Fortaleza

| PREFEITURA | O POVO fez um levantamento a partir das receitas e despesas do Município para mostrar em qual situação fiscal a cidade será entregue ao novo gestor

BRUNA DAMASCENO

bruna.damasceno@opovo.com.br

Apesar da queda na arrecadação própria e investimentos imprevistos com a saúde e educação em consequência da crise pandêmica, as contas públicas de Fortaleza mantiveram-se equilibradas ao longo deste ano. Ao assumir a administração do Município a partir do próximo 1º de janeiro, o prefeito eleito José Sarto Nogueira (PDT) deverá encontrar folhas de pagamentos em dia e baixo endividamento.

A Prefeitura começou 2020 recolhendo mais tributos que em 2019. Mas, quando a pandemia do novo coronavírus se agravou, em abril, a arrecadação despencou 20,43% e seguiu em queda até julho. A recuperação veio somente em agosto (5,10%). No acumulado deste ano (de janeiro a outubro), ante igual período de 2019, houve redução de 3,38%.

O POVO observou a atual situação dos cofres públicos da Capital a partir das receitas e despesas, com o objetivo de avaliar o cenário fiscal que será entregue ao novo gestor. Para a projeção deste ano e análise do histórico, os dados foram extraídos dos relatórios de Gestão Fiscal (3º quadrimestres de 2015 e 2019, além do 2º quadrimestre de 2020) e o Resumido da Execução Orçamentária (RREO), nos períodos do 6º bimestre de 2015 e 2019, além do 4º bimestre de 2020.

Os números mostram que os impostos sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), Serviços de Qualquer Natureza (ISS), renda retida na fonte (IRRF) e sobre a transmissão de bens imóveis (ITBI) tiveram crescimento médio de 10% de 2015 e 2019. Somados, eles passaram dos R\$ 1,3 bilhão para

os R\$ 1,9 bilhões. A previsão é que, em 2020, sejam arrecadados R\$ 2 bilhões desses tributos municipais, aumento de 5,87%.

Já o repasse do Estado, proveniente do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), avançou 2,5%, saindo de R\$ 852 milhões para R\$ 874 milhões no período analisado. Ou seja, não haverá queda, mas uma leve alta, apesar do atual contexto de crise econômica. Essas arrecadações são a principal fonte de renda dos municípios.

O que significa um saldo capaz de cumprir com as despesas e investir. Apesar das contas estarem no azul, esse percentual é metade do observado nos anos anteriores, quando as elevação média era de 5%. Todavia, os repasses federais, por meio do Fundo de Participação de Estados e Distrito Federal (FPM), não terão aumento e permanecerão em R\$ 773 milhões.

O consultor econômico e financeiro da Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará (Aprece), André Carvalho, que participou da elaboração do levantamento, pondera "ser um cenário positivo em meio ao contexto crítico no qual muitas unidades federativas e cidades enfrentam redução na arrecadação e prejuízos".

Além de avaliar quanto entra no caixa, é importante saber para onde vai esse dinheiro. Os indicadores fiscais mostram que o somatório do ganho tributário, que é a Receita Corrente Líquida (RCL), cresceu 5,93%, e a Dívida Consolidada Líquida (DCL) subiu 6,64%, na comparação de 2020 com 2019.

Já os gastos com pessoal totalizaram 42,59% da receita, mas o percentual ainda é abaixo do limite de 54% e do teto prudencial de 51,3%, definidos na Lei de Responsabilidade

Fiscal (LRF). Por fim, educação (27,45%) e saúde (27,68%) tiveram aportes mais elevados que os mínimos previstos de 15% e 25%, respectivamente.

"Não é necessário nem dizer o porquê do aumento já que estamos em um ano atípico", observa André Carvalho. "O fato é que o novo gestor receberá uma cidade sem problemas na folha de pagamento, algo que, sem dúvida, é o maior grupo de despesa de qualquer gestão pública", afirma.

"Outro ponto é que não há endividamento alto e, dentro do razoável para os padrões de capitais, os recursos são aplicados tanto em educação quanto em saúde pública", enumera. "O prefeito que assumir a Cidade deverá priorizar suas políticas públicas e não terá problemas para sanear as finanças antes de fazer a gestão", acrescenta.

O secretário de Finanças de Fortaleza, Jurandir Gurgel Gondim Filho, aponta que o País ainda não havia se recuperado da crise de 2015 e, agora, enfrentará mais uma situação complicada em razão da Covid-19. "Espera-se um zelo e cuidado com as finanças, austeridade fiscal e controle. Essa situação que temos hoje foi conquistado ao longo dos anos mesmo em contextos adversos", diz. "Fortaleza está conseguindo passar por esse processo de forma resiliente por conta da gestão feita ao longo de todo o mandato", complementa.



Espera-se um zelo e cuidado com as finanças, austeridade fiscal e controle"

Jurandir Gurgel Gondim Filho, secretário de Finanças de Fortaleza

Sucessão municipal

Quais serão os principais desafios do próximo gestor

O economista e professor da Universidade de Fortaleza (Unifor), Alexandre Cialdini, explica que "os gestores atuais precisam fazer o registro correto no Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos Pagar, que é parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal e visa dar transparência ao equilíbrio entre a geração de obrigações de despesa e a disponibilidade de caixa".

"A Lei Complementar 173/2020 manteve o cumprimento do artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) 101/2000, pois, nos últimos dois quadrimestres do mandato, não se pode contrair obrigação de despesa que não possa ser paga integralmente dentro do exercício ou sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para pagar essas despesas no exercício seguinte", detalha.

Ele acrescenta que essas disposições valem exclusivamente para os atos de gestão orçamentária e financeira necessários ao atendimento dos atos relativos ao Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, vigentes

durante o estado de calamidade conforme Decreto Legislativo 6, de 20 de março de 2020.

Sobre o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para o próximo ano, alerta que os municípios devem conhecer os efeitos na saúde, que terão início com a mudança Decreto de Nº 33.424, de 07 de janeiro de 2020, e que estabeleceu indicadores para taxas de mortalidade infantil, mortes por Acidente Vascular Cerebral (AVC) e por Infarto Agudo do Miocárdio (IAM).

Além disso, a Taxa de Mortes por Acidentes de Trânsito envolvendo Motocicletas, utilizadas para o cálculo do Índice de Qualidade de Saúde (IQS), serão apuradas pela Secretaria de Saúde do Estado do Ceará (Sesa).

"Esta nova redistribuição promoverá necessárias mudanças na recomposição da distribuição dos recursos a favor dos municípios de pequeno e médio porte, a partir de 2022, mas a recomposição das políticas públicas na saúde precisa ter início em 2021", avalia.



REEQUILÍBRIO

A Lei Complementar nº 173/2020 institui uma espécie de "regime fiscal provisório" para enfrentamento à pandemia do novo coronavírus, possibilitando o reequilíbrio das finanças públicas por meio, entre outras medidas, da suspensão do pagamento de dívidas contraídas pelos entes federativos em face da União, da distribuição de recursos públicos para o combate à doença e da restrição ao crescimento da despesas públicas.

PANORAMA FISCAL DO MUNICÍPIO

COMPORTAMENTO DAS RECEITAS

Receitas tributárias (PTU, ISS, IRRF, ITBI)	Crescimento anual entre 2015 e 2019	Crescimento entre 2019 e 2020
2015	R\$ 1.350.459.804,99	10,10%
2019	R\$ 1.982.394.204,86	
2020*	R\$ 2.098.791.421	

*Previsão oficial

Receita líquida de ICMS (repasso estadual)	Crescimento anual entre 2015 e 2019	Crescimento entre 2019 e 2020
2015	R\$ 701.882.989,46	5,00%
2019	R\$ 852.476.661,66	
2020*	R\$ 874.002.571,20	

*Projeção para 2020

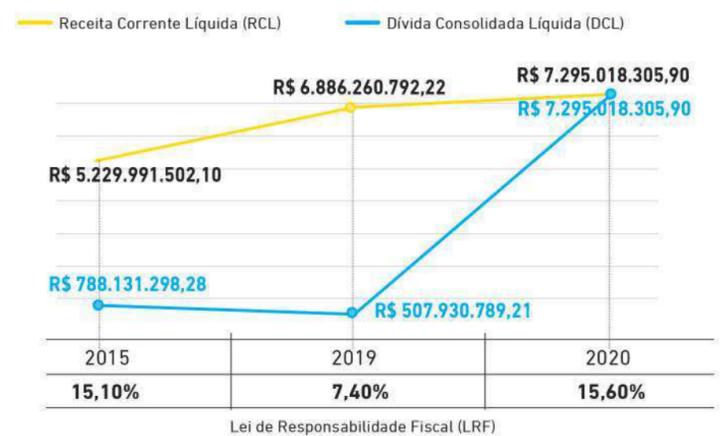
RECEITA DE FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS (FPM) / REPASSE ESTADUAL

2015	R\$ 577.694.079,85
2019	R\$ 773.061.019,00
2020*	R\$ 773.061.019,00

Projeção para 2020

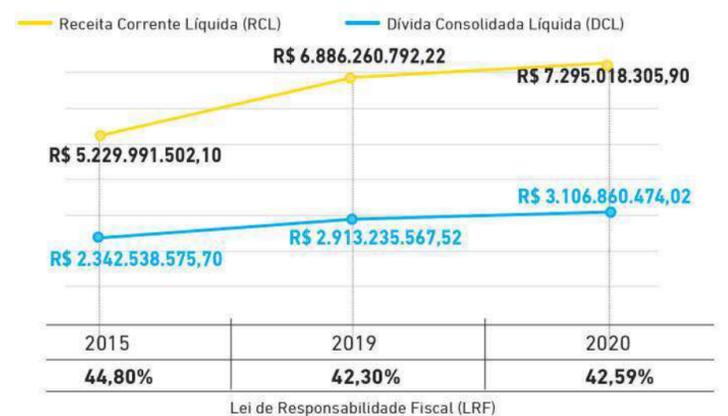
FONTE: Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO). Os períodos avaliados foram o 6º bimestre de 2015 e 2019 e 4º bimestre de 2020

INDICADORES FISCAIS



*O limite definido pela LRF é de 120% da RCL

GASTOS COM PESSOAL



*O limite definido é de 54% e o prudencial é de 51,3%

FONTE: Relatório de Gestão Fiscal. Os períodos foram: 3º quadrimestres de 2015 e 2019, além do 2º quadrimestre de 2020

APLICAÇÃO DO DINHEIRO

Aplicações institucionais	2015	2019	2020 (até agosto)
Educação	26,90%	26,41%	27,45%
Saúde	25,87%	26,55%	27,68%

*O mínimo a ser aplica deve ser 25% das receitas em Educação e 15% em Saúde

FONTE: Relatório de Gestão Fiscal. Os períodos foram:

3º quadrimestres de 2015 e 2019, além do 2º quadrimestre de 2020

A elaboração desse estudo foi de André Carvalho, economista consultor financeiro da Aprece

COMPARAÇÃO DA ARRECAÇÃO COM IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIAS

	2019	2020	Varição
Janeiro	147.492.594,80	159.213.287,59	7,95%
Fevereiro	316.232.549,12	334.491.523,02	5,77%
Março	147.039.555,85	149.650.873,20	1,78%
Abril	147.810.731,37	117.605.644,78	-20,43%
Maio	148.730.695,46	111.934.352,59	-24,74%
Junho	139.437.046,69	119.004.928,01	-14,65%
Julho	154.728.750,69	141.311.936,68	-8,67%
Agosto	146.875.239,44	154.360.002,00	5,10%
Setembro	147.034.837,94	151.990.258,27	3,37%
Outubro	153.915.502,95	154.060.802,61	0,09%
Acumulado	1.649.297.504,31	1.593.623.608,75	-3,38%

FONTE: Portal da Transparência